

Governador manda abrir processos administrativos nos contratos com o Instituto Candango de Solidariedade, que foi proibido pelo TCDF de receber recursos do governo

Varredura em contratos do ICS

DA REDAÇÃO

O governador Joaquim Roriz (PMDB) assinou ontem decreto que determina a instauração de tomadas de contas especiais e processos administrativos disciplinares em todos os contratos firmados com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Uma comissão formada por até cinco servidores do governo do Distrito Federal — que não estão vinculados aos órgãos investigados — ficará encarregada de vasculhar se há irregularidades. A Corregedoria-Geral do DF acompanhará as tomadas de contas e processos, e pode até fazer inspeções. O decreto será publicado hoje no Diário Oficial do DF.

Criado em 1971 por um grupo de voluntários, o instituto é acusado de contratar irregularmente cerca de 10,5 mil funcionários do GDF. No dia 26 de agosto, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) decidiu, em medida cautelar, que o GDF não poderia liberar recursos, firmar ou prorrogar contratos com o ICS. No dia 27, a Corregedoria-Geral do DF ajuizou recurso (embargo de declaração) no TCDF, por considerar a decisão “contraditória e omissa”. Para a corregedora-geral, Anadyr Mendonça, o simples protocolo do recurso tem como efeito a suspensão imediata na decisão do tribunal.

Mas, para o TCDF, não há dúvidas de que a suspensão dos repasses, aprovada no dia 14 de agosto, está em pleno vigor. Pelo menos até que os Embargos de Declaração sejam apreciados pelos conselheiros. Os recursos ainda não foram julgados pelo tribunal.

Anadyr recorreu de um dos itens da decisão que determinou à Corregedoria a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar eventuais irregularidades nos contratos firmados entre o ICS e as secretarias de Transportes, Fazenda, Planejamento, In-

fra-Estrutura e Obras, Ação Social e Gestão Administrativa. Mesmo assim, o GDF decidiu fazer a varredura nos órgãos e secretarias envolvidos. “Independentemente do recurso, o governador decidiu fazer as investigações nos órgãos com contratos do ICS”, afirmou Paulo Fona, porta-voz do governo.

A bancada do PT na Câmara Legislativa apresentou um requerimento para que Anadyr Mendonça explique suas declarações a respeito do caso ICS. Em matéria publicada sábado no *Correio*, a corregedora sustentou a opinião de que recursos do GDF poderiam ser repassados para o ICS, mesmo após o TCDF decidir pela suspensão. Depois disso, o GDF já pagou ao ICS R\$ 4,06 milhões.

Saúde da Família

Durante coletiva à imprensa, Paulo Fona anunciou que o GDF fará contrato com a Fundação Zerbini, sediada em São Paulo, para prestar serviços similares ao Programa Saúde da Família. A previsão é que 1,5 mil funcionários sejam contratados para atuar no novo programa, o Família Saudável, e substituir os atuais empregados do Saúde da Família.

Às 11h de hoje, o governador Roriz se reúne com os 1,5 mil funcionários para anunciar que os contratos com o programa anterior será rescindido, mas poderão ser renovados pela Fundação Zerbini, após processo probatório.

Mas se depender do Ministério Público, não haverá contrato. Há um mês, procuradores alertaram à Fundação Zerbini que a instituição poderá enfrentar ações judiciais e multas administrativas, caso não atenda a recomendação de não assinar acordos com o GDF.

Há três semanas, o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o repasse de recursos do Ministério da Saúde para o pagamento dos funcionários do Programa Saúde da Família no DF, via ICS.

Acácio Pinheiro 7.2.03



FUNCIONÁRIOS DO ANTIGO SAÚDE DA FAMÍLIA SE REÚNEM HOJE COM RORIZ: VERBA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE FOI SUSPENSA